

Independência ou Norte: reflexões sobre as contribuições de Boaventura de Sousa Santos para o campo do conhecimento na administração brasileira.

Lucas Rocha Juncklaus¹
Tiago José Bini²
Daniel Gonçalves Lopes³
Luís Moretto Neto⁴

RESUMO

Este ensaio teórico levanta os principais aspectos da formação da teoria da administração e faz uma aproximação com a abordagem de Boaventura de Sousa Santos, o qual advoga uma epistemologia do sul. Evidencia-se que a ciência positivista demarcou o que é válido como conhecimento e excluiu o que fica além deste “cânone científico”. Em resumo, toda e qualquer produção científica fora dos padrões considerados verdadeiros para os países hegemônicos se tornam inválidos, não fazendo parte da ciência aceita pela sociedade. A validade deste conhecimento científico foi determinada pela hegemonia de países centrais. Assim, o conhecimento hegemônico construiu uma linha (invisível) abissal que demarca como válidas somente as experiências do Norte, produzindo ausências epistemológicas nos demais países que, por condições determinantes de sua história como colônias, importaram teorias. Para superar essa ausência de conhecimento, são apresentadas as contribuições da ecologia de saberes de Boaventura e de Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs, as quais podem inspirar a construir um conhecimento emancipatório, multidisciplinar.

Palavras-chave: Ecologia de Saberes, Epistemologias do Sul, Ecodesenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Para perceber e entender a fragilidade e a delicadeza dos estudos organizacionais no Brasil buscou-se o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010), o qual sugere uma “epistemologia do Sul”, partindo do pressuposto de que existe uma epistemologia – dominante e hegemônica – do Norte. A sua obra e seu olhar crítico são indispensáveis para essa verificação.

O projeto de Santos (2007) busca encontrar as bases e as possibilidades da reinvenção da emancipação social nas realidades dos países periféricos. O argumento central é de que existe uma reiterada tensão e crise entre a regulação e a emancipação social e entre a experiência e as expectativas na sociedade moderna ocidental. No plano social, há uma regressão agravada, sobretudo, nas últimas décadas, com perdas de direitos e de possibilidades futuras e, no plano epistemológico, a crise do pensamento hegemônico das

¹ UFSC

² UFSC

³ UFSC

⁴ UFSC

ciências sociais, centradas em uma razão eurocêntrica e indolente, incapazes de produzir novas ideias.

Santos (2006a) faz emergir uma crítica à racionalidade ocidental dominante nos últimos duzentos anos para propor um modelo diferente de racionalidade, que torne visível as iniciativas e movimentos alternativos e valorize a experiência e a riqueza social das nações que foram ocultadas pela teoria social (SANTOS, 2006a).

Do ponto de vista ético, assim como Fanon (1979) trabalha a ótica dos condenados da terra, as epistemologias do Sul propõem uma construção dialógica e processual de outro paradigma de vida, com justiça, solidariedade e respeito à diversidade. Adams e Streck (2012) corroboram este pensamento de similaridade entre Santos e Fanon. Neste sentido, Dussel (2010) aponta para a condição histórica de dominação e subalternidade do Sul; no entanto, este não propõe uma inversão, mas um diálogo ético de condições igualitárias com a ciência positivista. Santos (2010) ainda afirma a necessidade da dialogicidade entre conhecimentos para superar o pensamento abissal e a mudança de papel de colonizado para participante ativo.

No campo da administração no Brasil os aspectos do "Sul" fragilizado são percebidos através da importação de teorias. Em um trabalho recente, Bertero et al. (2013) apresenta que o mais frequente problema seria o estrangeirismo, que é clara manifestação de sentimento de inferioridade. O estrangeirismo é muito encontrado na produção científica da área e no comportamento do pesquisador brasileiro. Essa tendência de supervalorizar o estrangeiro advém de um histórico do Brasil originado no passado colonial. Segundo os autores, "o desequilíbrio do estrangeirismo seria a sobrevalorização do que é estrangeiro pelo simples fato de ser estrangeiro e isso traz implícita a colocação de que somos inferiores" (BERTERO et al, 2013, 182).

Para Santos (2010), os países que tiveram um passado colonial, portador de uma ideologia subjacente a um sistema de dominação, ainda hoje possuem relações sociais desiguais em seu interior ocasionadas pelo colonialismo que, sob a forma de poder e saber, ainda continua. Assim, para o sociólogo, o colonialismo ademais de todos os efeitos de dominação conhecidos, ocasionou também uma dominação epistemológica que se efetivou em uma relação desigual entre saberes, conduzindo à eliminação de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados. As "epistemologias do Sul" são a valorização de tudo aquilo que a norma epistemológica dominante extinguiu, e propõem promover um diálogo horizontal entre conhecimentos, chamado de "ecologia de saberes".

A partir destas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo apresentar as contribuições do pensamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos no campo da epistemologia e dialogar com aspectos da administração e do atual ensino da administração brasileira. Para tanto, o artigo aborda o paradigma positivista na ciência e na administração, o pensamento pós-abissal e a ecologia de saberes, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências juntamente com aspectos da tradução elaborados por Boaventura (SANTOS, 2006a) e noção de ecodeenvolvimento de Ignacy Sachs (1886). Assim, o artigo apresenta a problemática da importação de teorias na administração juntamente apresentando outras dificuldades em construir uma ciência administrativa brasileira.

Este ensaio teórico foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), esta metodologia busca referências teóricas previamente publicadas. Contudo, Marconi e Lakatos (2008) argumentam que a pesquisa bibliográfica não apresenta caráter de reprodução, pois aborda um tema estudado sob uma diferente perspectiva, evidenciando resultados distintos e inovadores.

2 A EVOLUÇÃO DO PARADIGMA POSITIVISTA E AS VISÕES DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

De forma ampla, Merton (1970, p. 652) define os quatro sentidos mais habituais do termo ciência: (1) um conjunto de métodos característicos por meio dos quais o conhecimento é avaliado; (2) um acervo do conhecimento acumulado resultante da aplicação dos métodos; (3) um conjunto de valores culturais e normas que presidem às atividades consideradas científicas; (4) uma combinação dos sentidos anteriores.

Tenório (1998) argumenta que para a escola de Frankfurt, o conhecimento positivista é onisciente, pois procura estabelecer princípios gerais, enfatizar o empirismo e identificar proposições gerais, visando o domínio do conhecimento puro, antes que a transformação da sociedade. Para Santos (2010), este pensamento moderno ocidental e positivista é entendido como um pensamento abissal.

O reconhecimento da persistência do pensamento abissal é condição sem a qual não pode ser concebida qualquer forma de pensar ou agir diferente. Segundo Santos (2010), as distinções invisíveis do pensamento ocidental são estabelecidas através de linhas que separam a realidade social em dois universos, sendo que o universo moderno faz com que o outro desapareça enquanto realidade. De forma contrária, o pensamento pós-abissal é “um pensamento não-derivativo e envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação” (SANTOS, 2010, p. 53).

Para Santos (2006b, p. 137), atualmente o conhecimento científico é “a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação”. Desta forma, todos os países empenham esforços para a promoção da ciência, aguardando benefícios do investimento, que por sua vez, conferem privilégios extra-cognitivos (sociais, políticos e culturais) a quem as detém (SANTOS, 2006b). A partir do século XVII, quando a ciência atingiu este patamar de legitimidade, “o debate sobre o conhecimento centrou-se no interior da ciência moderna, nos fundamentos de validade privilegiada do conhecimento científico, nas relações deste com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, literário, etc.), nos processos (instituições, organizações e metodologias) de produção da ciência e no impacto da sua aplicação” (SANTOS, 2006b, p. 138).

Em consonância com o exposto, a ruptura radical proposta por Santos pode ser entendida como a quebra de paradigmas de Kuhn. A proposta de Kuhn quanto à possibilidade da quebra de paradigmas surgiu da insustentabilidade da concepção científica tradicional (SANTOS, 1978). A industrialização da ciência, que pretendia significar o clímax da concepção heroica da ciência positivista, foi, no entanto, “realizada de tal modo que o sentido da intervenção da ciência ao nível da produção ideológica acabou por entrar em conflito insanável com o sentido da sua intervenção ao nível da produção material” (SANTOS, 1978, p. 15). A ideia de uma retroalimentação – neste caso, negativa – se firma quando Kuhn discorre sobre as universidades, considerando que o estudo de uma ciência normal se transforma em uma disciplina curricular, pois o que está acontecendo é uma transmissão de paradigmas já impostos:

o estudo dos paradigmas [...] é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de

estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente provoca desacordo declarado sobre seus pontos fundamentais. (KUHN, 1978, p. 30).

Neste sentido, Kuhn (1978, p. 31) afirma que essa atitude é pré-requisito para a “ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada”. Bunge (1980, p.58) discorre sobre o mesmo assunto, a pesquisa básica, afirmando que esta é um instrumento de desenvolvimento técnico, econômico e político. O autor não superestima a ciência normal e afirma que esta e seus pesquisadores não têm competência para abordar os problemas sociais – no entanto, Bunge (1980, p. 58) relata que a “ciência básica fornece algumas das ferramentas cognoscitivas necessárias para reconhecer, abordar e resolver” diversos dos problemas sociais.

A partir de Kuhn, é possível desenvolver um esforço sistemático para confrontar esta ideologia analisando as relações de poder dentro e fora da comunidade científica e, desta forma, esclarecer os mecanismos nos quais se cria o “consenso científico” e se orienta o desenvolvimento da ciência de molde a favorecer sistematicamente certas áreas de investigação e de aplicação, certas metodologias e orientações teóricas, em detrimento de outras. Para Santos (1978, p. 32), “estes processos são depois suscetíveis de uma análise virada para as estruturas do poder científico e do poder *tout court* na sociedade”.

Uma das áreas de investigação diz respeito aos pressupostos meta-teóricos do trabalho científico. Bernard Barber (1961), um dos discípulos do trabalho mertoniano, descreve uma série de casos em que a resistência, por parte de cientistas a teorias científicas, posteriormente, se provou correta. Barber explica essa resistência em função das crenças, incluindo credos religiosos e pré-juízos de escola, dos cientistas. Para Santos (1978), a partir de Kuhn, é possível compreender o pressuposto filosófico-científico desta investigação, uma vez que, a utilização causalista do sistema de crenças é somente considerada nos casos em que estas atuam como fonte de erro e como obstáculo à verdade, todavia, nunca nos casos em que proporcionam a aproximação da verdade. Santos (1978) destaca que, segundo o pensamento de Barber (1961), a verdade científica é derivada do uso correto do método científico, sendo este universal e invariante. Trata-se, pois, da concepção positivista da ciência, onde o método científico valida em absoluto o conhecimento e os “pressupostos meta-teóricos estão possuídos de negatividade radical” (SANTOS, 1978, p. 33).

Como contraponto desta hegemonia da ciência moderna, Santos (2006a) acredita que sua pesquisa em cinco países – África do Sul, Brasil, Colômbia, Moçambique e Portugal – evidenciou que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Além disso, esta riqueza social está a sendo desperdiçada e é deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim. Por fim, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como ela é conhecida. Uma vez que, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Ainda de acordo com Santos (2006a, p. 94) “sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante [...], todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”.

De acordo com SANTOS (2006b), a premissa da unidade da ciência, crença da cultura ocidental e que dominou o início do século XX, ainda é vigente em algumas tendências epistemológicas, todavia, cada vez mais confrontada pela premissa da pluralidade,

diversidade, fragmentação e heterogeneidade. Esta corrente, que abrange o reconhecimento da pluralidade epistemológica, vai de encontro com a visão determinista e reducionista daquela.

A percepção do autor de que se deve reconhecer a pluralidade de conhecimentos heterogêneos através de interações sustentáveis e dinâmicas, sem que a autonomia de cada conhecimento seja comprometida origina o termo Ecologia de Saberes (SANTOS, 2010).

Santos (2010) argumenta que, na Ecologia de Saberes, a medida do realismo não é mais a capacidade do conhecimento representar o real, mas sim, do conhecimento como intervenção no real, ou seja: a credibilidade da construção do conhecimento está em que tipo de intervenção no mundo ela proporciona, ajuda ou impede.

A ecologia de saberes é, de acordo com Santos (2006b), simultaneamente uma epistemologia da corrente e da contracorrente, visto que as suas condições de possibilidade são também as da sua dificuldade. Sendo que um dos impulsos básicos para a sua emergência decorre de que

as resistências ao capitalismo global têm vindo a proliferar na periferia do sistema mundial, num conjunto de sociedades onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, e onde outros conhecimentos não científicos e não ocidentais prevalecem nas práticas quotidianas da resistência (SANTOS, 2006b, p. 156).

A partir do pensamento de que a Ecologia de Saberes acolhe as diversidades epistemológicas e sociais, passa-se a considerar a gestão como um campo de surgimento dual, que pode ser pensado e interpretado sem limites ou fronteiras, de que um lado é tão importante quanto o outro (SANTOS, 2010).

De modo contrário, o objetivo de Frederick Taylor (1970, p. 28) de “provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos” demonstra o alinhamento da chamada Administração Científica com o ideal positivista. Taylor introduziu o estudo de tempos e movimentos dos operários, proporcionando ao empregador métodos para visualizar onde havia desperdício de tempo e, conseqüentemente, dinheiro. Para Taylor (1970), a administração até o século XIX, conhecida como Administração por Iniciativa e Incentivo, relegava ao trabalhador a decisão de como e em qual ritmo efetuar uma tarefa, no entanto, a Administração Científica apresentava como preeminência a definição das tarefas pela direção, uma vez que, esta, e somente esta, era capaz de, por métodos científicos, encontrar o chamada “*the best way*”⁵.

Deste modo, por operar dentro de uma perspectiva positivista, a Administração Científica se enquadrou nos moldes da “ciência normal”, delimitada por Thomas Kuhn. A ciência normal, segundo Kuhn (1978, p.57) é um instrumento para a resolução de quebra cabeças que corroboram e sustentam o paradigma atual.

Portanto, a racionalidade hegemônica criticada por Santos (2006a) é chamada de “indolente”. A razão indolente submete-se nas suas várias formas ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico. Dessa forma, nos dois últimos séculos ela criou um quadro para os grandes debates filosóficos e epistemológicos, presidindo-os e controlando seus resultados. Por isso, “outros saberes, não científicos nem filosóficos, e, sobretudo, os saberes exteriores ao cânone ocidental, continuaram até hoje em grande medida fora do debate” (SANTOS, 2006a p. 96).

⁵ Do inglês: a melhor forma. Afirmção de Taylor (1970) de que existe uma única forma de executar uma tarefa que é a melhor entre todas as outras.

A razão indolente se manifesta de várias formas. Uma delas é a razão metonímica, que tem como concepção que o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõe. A razão metonímica não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo vai muito além da compreensão ocidental do mundo. Dada a homogeneidade entre o todo e as partes, estas não têm existência fora da relação com a totalidade. No entanto, para o sociólogo, o todo é apenas uma das partes transformada em termos de referência para as demais (SANTOS, 2006a).

A racionalidade ocidental, através de uma peculiar concepção de totalidade, caracteriza-se em contrair o presente e, por outro lado, expandir o futuro nas formas lineares do tempo e planificação da história (SANTOS, 2006a). A proposta de Boaventura é uma racionalidade cosmopolita que se concentre em fazer o caminho contrário: expandir o presente e contrair o futuro.

Para superar a razão indolente, ampliar o mundo e expandir o presente o autor sugere uma sociologia das ausências que tem como objetivo transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar ausências em presenças, centrando principalmente nos fragmentos da experiência social não socializada pela totalidade metonímica (SANTOS, 2006a).

3 AS SOCIOLOGIAS DE AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Há vários modos de produção de não-existências segundo Santos (2006a). Um deles é a monocultura do saber que coloca a ciência moderna e a alta cultura em "critérios únicos de verdade e de qualidade estética" (SANTOS, 2006a, p. 102). Cada uma é assim, no seu campo, "cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística" (SANTOS, 2006a, p. 103). Outra forma é denominada pelo autor como monocultura do tempo linear, pois trata o tempo somente de forma unidimensional – os países centrais julgam pelo que são ou pelo que já têm. Isso implica que os países centrais, na vanguarda do tempo, juntamente com seus conhecimentos e instituições, considerem atrasado "tudo o que segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado" (SANTOS, 2006a, p. 103).

A sociologia das ausências visa superar a monocultura do saber científico através de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2006a). A experiência social que não entra no cânone moderno é considerada um resíduo. O tempo linear não é capaz de reconhecer experiências contemporâneas de países do sul. A sociologia das ausências pretende libertar essas experiências do tempo linear e torná-las outras formas de viver socialmente na contemporaneidade; constituindo uma ecologia das temporalidades (SANTOS, 2006a).

Além da dilatação do presente, é preciso uma contração do futuro. A sociologia das emergências é a proposta para isto. Assim, para Santos (2006a, p. 116) ela consiste em "substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado".

Para Santos (2006a, p. 118) "a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas". Assim, a sociologia das emergências também "amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta".

Enquanto a razão proléptica – que não pensa o futuro, pois julga saber tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente – ampliou as expectativas e com isso reduziu o campo das experiências e, portanto, contraiu o presente, “a

sociologia das emergências busca uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, o que, nas atuais circunstâncias, implica dilatar o presente e encurtar o futuro" (SANTOS, 2006a, p. 119). A sociologia das emergências possibilita uma semântica de expectativas que indicam novos caminhos para emancipações sociais (SANTOS, 2006a).

Acerca da conexão das duas sociologias, Santos (2006a, p. 120) discorre: "As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro". Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais.

Para Santos (2006a), a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. Esta ecologia de saberes permite superar a monocultura do saber científico e a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico, pois para Santos (2006a), a ideia de alternativo pressupõe a ideia de normalidade, logo, o alternativo recebe uma conotação latente de subalternidade.

A supervalorização do estrangeiro dentro da área da administração e as dificuldades de fazer uma ciência administrativa demonstram este fato. A razão metonímica nega a universalidade do saber, entende a ciência como um processo acumulativo e não percebe a unidade a partir da diversidade. A seguir, procura-se mostrar como se deu a consolidação do estrangeirismo na administração e em resposta apresenta-se os trabalhos de tradução, que podem ser uma forma de atenuar esse quadro.

4 ESTRANGEIRISMO E O TRABALHO DE TRADUÇÃO

As primeiras escolas de administração no Brasil, segundo Serva (1990) tiveram participação do governo americano e de universidades como a Universidade do estado de Michigan e a Universidade do Sul da Califórnia. As participações se deram através de um convênio entre os dois países que objetivava, principalmente, "ações como assistência técnica para a elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino, instalação de bibliotecas e formação de professores" (SERVA, 1990, p. 10).

Essas escolas superiores de administração foram estimuladas através da política desenvolvimentista adotada a partir dos governos de Getúlio Vargas. O modelo de desenvolvimento almejado foi delineado na experiência das nações ocidentais mais avançadas, resultando daí toda a filosofia que direcionou a criação das escolas de administração (SERVA, 1990).

Serva (1990) também já destacava nesse período que o suporte teórico fornecido pelas escolas brasileiras ao administrador era incompatível com a pluralidade e especificidade do seu campo de atuação. Assim, de acordo com o autor:

as teorias organizacionais e os modelos de gestão são fundamentados pelos paradigmas, ideologias gerenciais, estruturas e necessidades daquele sistema (sistema oligopolizado de produção), gerando um profundo *gap* entre teoria e prática quando observamos os demais espaços do campo de atuação do administrador (SERVA, 1990, p. 15).

Da mesma forma, Rodrigues e Carrieri (2001, p. 86) ressaltam que "a influência do pensamento anglo-saxônico deu-se não somente através das multinacionais que passaram a atuar no Brasil, mas também através da influência dos *scholars* americanos, que contribuíram na fundação dos programas gerenciais".

Assim, a valorização do estrangeiro é muito evidenciada no contexto organizacional brasileiro. Motta, Alcadipani e Bresler (2001) abordam a valorização do estrangeiro como um dos traços culturais marcantes brasileiros. Os autores relatam que muitas vezes a valorização do estrangeiro "se dá mascarada por uma pretensa busca de modernidade" (MOTTA; ALCADIPANI; BRESLER, 2001, p. 61), e no mundo organizacional o estrangeirismo tem forte papel de segregação de uma classe perante outra.

Desde os anos 60 nota-se que há um processo intenso de importação de teorias em descrédito a uma produção interna. Serva (1992) em outro trabalho apresenta que tal fato "condiciona a conformidade teórica em face dos 'produtos externos', revelando a sua aceitação imediata, sem os devidos questionamentos", o que leva a imitação desenfreada e uma valorização dos estrangeirismos na área de administração.

Como consequências do estrangeirismo na administração obtém-se uma teoria funcionalista que somente valoriza a racionalidade de cálculo e utilidade, atributos da racionalidade instrumental. Estes aspectos aparecem nos "manuais" aplicados nos cursos de administração e nas soluções rápidas, práticas e objetivas para problemas de relações de pessoas, esquecendo que estas são complexas e dotadas de consciência.

Sachs (1986, p. 82) propõe que o maior perigo é que o importador da ideia "aprende a manipulá-la sem compreender", tornando-se um simples gestor que, quando necessitar de alguma reformulação importante, precisará com urgência da ajuda do idealizador, bloqueando "a vontade da concepção de soluções originais, em nome de uma enganadora economia de esforços".

Assim, trazendo à reflexão um pensamento de Rafael Alcadipani (BERTERO et al., 2013), este afirma que "temos uma tendência de supervalorizar o estrangeiro; trata-se de um histórico em nosso país originado em nosso passado colonial". Desta forma, "valorizar o ensino e a pesquisa do Norte como de 'primeira linha' é fundamental para a construção da inferioridade dos brasileiros como pesquisadores", significa deixar para os autores e pesquisadores boreais o papel de criar modelos, restando aos sulistas serem meros reprodutores. Frente a isto, se torna correto afirmar que existem empecilho à uma produção no campo da administração diferenciada no Brasil (BERTERO et al., 2013, p. 193).

Para analisar quantitativamente o estrangeirismo na administração, Vergara e Pinto (2001) verificaram as nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações, em estudo complementar ao trabalho realizado por Vergara e Carvalho (1995), e, pela amostra selecionada, recolhem dados referentes a uma década. O estudo conclui forte presença estrangeira, com base nas citações de artigos publicados no ENANPAD, RAE, RAP e RAUSP. Somando a década (1989 a 1998), as referências americanas são as mais utilizadas (33,09%), seguidas das brasileiras (28,12%), britânicas (6,51%), francesas (5,32%); Alemanha e Canadá aparecem em menor número, com os percentuais 2,80% e 2,41%, respectivamente.

Algumas considerações sobre esses números são feitas no sentido de que uma possível explicação da prevalência de literatura norte-americana, para além das razões de natureza ideológica e de objetivos de consolidação da hegemonia intelectual desse país em relação aos países em desenvolvimento, vincula-se à sua produção acadêmica superior em termos quantitativos e a facilidade de acesso às publicações estadunidenses. Outro motivo apontado,

é que a construção nacional da área de pesquisa e ensino em Administração foi, desde o início, bastante influenciada pelos Estados Unidos, conforme também é evidenciado por Serva (1990) no início dessa seção.

Em um fórum promovido por Bertero et al. (2013), que tinha por objetivo fazer um balanço do campo de desenvolvimento científico da Administração no Brasil na década de 2000 e indicar caminhos para o seu fortalecimento, é evidenciado que “os pesquisadores brasileiros vêm sistematicamente se apropriando de teorias originadas fora do país, principalmente aquelas dos países anglo-saxões e aplicando-as ao contexto local” (BERTERO et al., 2013, p. 15).

Os autores relatam que por meio desse processo obtém-se modernas teorias para explicar fenômenos locais, mas ao mesmo tempo evidenciam que elas devem ser selecionadas de modo a serem válidas à realidade local (BERTERO et al., 2013, p. 15):

mirando o futuro, para que tal processo seja robusto e gere contribuições significativas, é preciso que ocorra uma escolha esclarecida e estratégica das teorias a serem apropriadas e uma aplicação consistente com a realidade local. Para isso, é preciso romper a apropriação superficial de teorias, praticada nos trópicos, e aprofundar efetivamente o conhecimento sobre os corpos teóricos originados em outros contextos (BERTERO et al., 2013, p. 15).

Nesse sentido, o sociólogo Guerreiro Ramos (1996), advertia em seu livro sobre a maneira de agir dos profissionais que se utilizavam de teorias importadas onde, segundo ele considerável parcela de estudiosos seguiram sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho científico. Para Ramos (1996, p. 68) “sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos”. E continua advertindo sobre o contraponto necessário a toda importação de teoria. Por isso, “à assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados ter-se-á de opor a assimilação crítica desses produtos” (RAMOS, 1996, p. 68).

Para Guerreiro Ramos (1996, p. 11) era fundamental “pôr em prática a razão sociológica como um instrumento de reflexão a respeito de si com relação à estrutura social à qual estava vinculada”. À essa reflexão e sobre a crítica à importação de teorias, o sociólogo chamou de ‘redução sociológica’. Assim, Guerreiro Ramos “defende a prática da autoconsciência da sociedade brasileira por meio de uma sociologia engajada com a realidade nacional” (PAES; DELLAGNELO, 2012, p. 7).

Neste contexto de diversidade e multiplicidade de experiências disponíveis e possíveis – em oposição a um sistema de importação de teorias –, Santos (2006a) sugere que a formulação de uma teoria geral que capte a totalidade, considerada pelo autor, inesgotável, não respeita a heterogeneidade destas. Por conseguinte, como contraponto, o autor sugere o trabalho da tradução.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências disponíveis e possíveis do mundo. Reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências, trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea (SANTOS, 2006a). Não obstante, através da tradução, torna-se possível identificar preocupações comuns, aproximações complementares e contradições inultrapassáveis (SANTOS, 2010).

O trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas e os seus agentes. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica e consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com objetivo de identificar preocupações isomórficas entre elas e suas diferentes respostas. A hermenêutica diatópica

parte da ideia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas (SANTOS, 2006a).

Neste sentido, a tradução de saberes concebe o universalismo como uma peculiaridade ocidental cuja supremacia como ideia reside nos interesses que a sustentam. Como contrapartida, Santos (2006a, p. 126) propõe que “a melhor formulação para o universalismo negativo talvez seja designá-lo como uma teoria geral residual: uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral”, ou seja, a negação de que exista algo absoluto e válido para todas as culturas.

A partir desta impossibilidade de domínio hegemônico do saber, o trabalho de tradução tanto pode ocorrer entre saberes, hoje, considerados hegemônicos e saberes não-hegemônicos como pode ocorrer entre diferentes saberes não-hegemônicos. A importância deste último trabalho de tradução reside no fato de que somente através da inteligibilidade recíproca e consequente possibilidade de agregação entre saberes não-hegemônicos é possível construir a contra-hegemonia (SANTOS, 2006a).

O segundo modo de trabalho de tradução está nas práticas sociais e seus agentes. Quando incide sobre as práticas, contudo, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação (SANTOS, 2006a, p. 126). Deste modo, a tradução trata-se de um trabalho muito complexo, não somente pelo número e diversidade de movimentos e organizações envolvidos, sobretudo “pelo fato de uns e outras estarem ancorados em culturas e saberes muito diversos [...] os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação ou combinação a partir de baixo” (SANTOS, 2006a, p. 128).

Neste sentido, o trabalho de tradução é complementar à sociologia das ausências e da sociologia das emergências. Estas últimas aumentam significativamente o número e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, logo, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por esta multiplicidade e diversidade (SANTOS, 2006a).

Para Santos (2006a, p. 129), as condições e procedimentos do trabalho de tradução podem ser esclarecidos a partir das respostas às seguintes questões: o que traduzir? Entre quê? Quem traduzir? Quando traduzir? Traduzir com que objetivos?

A premissa essencial para a questão de o que traduzir é o conceito de zona de contato. Para SANTOS (2006a, p. 130) zonas de contato são “campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem”. Ainda segundo o autor, as duas zonas de contato constitutivas da modernidade ocidental são a zona epistemológica, onde se confrontam a ciência moderna e os saberes leigos, tradicionais, dos camponeses, e a zona colonial, onde se defrontam o colonizador e o colonizado. Contudo, a zona de contato da razão cosmopolita considera que cabe a cada saber ou prática decidir o que e quem é posto em contato. Além desta que o autor chama de seletividade ativa, existe a nomeada seletividade passiva, quando em caso de opressão extrema algo em uma cultura se torna impronunciável. Desta forma, as versões que contemplam um círculo mais amplo e inclusivo de reciprocidade são as que geram zonas de contato mais adequadas para o que trabalho de tradução seja aprofundado.

A seleção dos saberes e práticas, que explicam entre quê deve-se realizar o trabalho de tradução, é sempre resultado de uma convergência ou conjugação de sensações de experiências de carência, de inconformismo, e da motivação para superá-las de uma forma específica. Estas seleções dos saberes podem surgir como reação a uma zona de contato

colonial e imperial ou por meio de zonas de conflito não imperiais, onde as relações entre os diferentes saberes e práticas são mais horizontais (SANTOS, 2006a).

Partindo da premissa de que os saberes e as práticas somente existem na medida em que a sua utilização e execução estão presentes nos grupos sociais, Santos (2006a) considera que a tradução é sempre realizada entre representantes desses grupos sociais, uma vez que, argumentativo, a trabalho tradução exige capacidade intelectual, todavia, de forma democrática. Desta forma, Santos (2006a) acredita que a decisão sobre quem traduzir tornar-se-á uma das mais decisivas deliberações na construção da globalização contra hegemônica.

Para que a zona de contato não se torne imperial e o trabalho de tradução uma canibalização, Santos (2006a) defende que, quando traduzir, a zona de contato cosmopolita seja resultado de uma conjunção de tempos, ritmos e oportunidades. Portanto, a zona de contato deve ser vigiada a fim de a simultaneidade do contato não determine o colapso de uma das partes.

5 OS DESAFIOS DO TRABALHO DE TRADUÇÃO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO

A necessidade de traduzir reside no fato de que os problemas que o paradigma da modernidade ocidental, através da ciência positivista, procurou solucionar, continuam em grande parte por resolver e as suas resoluções cada vez mais urgente (2006a). Por este motivo, o trabalho de tradução baseado na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, de acordo com Santos (2006a, p. 134), é “um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática com o objetivo de construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automática do projeto moderno”.

Diante desse cenário a necessidade do debate acerca do desenvolvimento de “teorias organizacionais brasileiras”, Serva (1990) destaca que a pesquisa acadêmica teria importância nesse processo, pois poderia mapear e analisar ações organizacionais, experiências concretas, iniciativas e novas soluções que estão sendo aplicados aos nossos problemas administrativos.

Acerca dos desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil, o *estrangeirismo* na administração é também um dos problemas apontados por Alcadiyani no painel promovido por Bertero et al. (2013). Alcadiyani destaca que o estrangeirismo aliado ao *paroquialismo* - “uma atitude desequilibrada na de teorias e da produção científica em geral, que acabam sendo sobreapreciados pelo fato de ser nacionais” (p. 182); e *produtivismo* - produção de artigos acadêmicos apenas para cumprir quesitos de pontuação acadêmica faz com que a academia brasileira produza escritos com tão pouca contribuição teórica e originalidade.

No mesmo painel, Alexandre Faria apresenta sobre os desafios geopolíticos para pesquisa em administração. Para o autor, passamos por um processo de expansão das fronteiras do conhecimento. As ideias de Faria quanto à “expansão das fronteiras” fortalecem a os conceitos de “paradigmas”, de Kuhn (1978), e coadunam com a tese de Boaventura de Sousa Santos (2006a) na expansão das fronteiras do conhecimento.

Esse processo de “expansão das fronteiras do conhecimento” se caracteriza por três vertentes principais. A primeira vertente explicitada por Faria (BERTERO et al., 2013) é a da “transformação sistemática de tudo o que não é conhecimento em conhecimento”, fortalecendo a hegemonia de conhecimento do Norte, pois todo o conhecimento tem um padrão definido segundo as bases setentrionais.

A segunda vertente discorre sobre a expansão das instituições e organizações que compõem e governam o sistema do conhecimento, ou seja, quem diz o que é e o que não é ciência. Estes dois pontos, por si só, dão a ideia do envoltório protecionista da ciência (do norte) moderna e hegemônica. A terceira e última vertente é o processo combinado de “desterritorialização” e “reterritorialização” do sistema do conhecimento, uma vez que

devido à rápida expansão desse sistema, o não conhecimento e a não inclusão tornaram-se intoleráveis ou inaceitáveis tanto pela direita quanto pela esquerda, tanto pelo Sul global quanto pelo Norte global. A ideia de conhecimento sem fronteiras [...] proposta pela sociedade do conhecimento defende e promove a inclusão de todos, sem exceção – desde que os diferentes tipos de conhecimento (no plural) sejam convertidos em conhecimento (no singular) pelo sistema dominante do conhecimento – e reforça o argumento colonialista de que não existe e não deve existir nada fora desse sistema (BERTERO et al., 2013, p. 187).

Desta forma, Faria deixa claro que não existe vida fora desse sistema. Ser ou ser! Mais uma vez, a questão do fortalecimento da hegemonia do norte está em pauta, pois cada vez mais as instituições de ensino brasileiras preocupam-se com sua internacionalização (ou melhor, euro-americanização) através de *rankings* e conceitos de instituições estrangeiras. O texto de Faria permite inferir uma questão: seriam as universidades brasileiras “nossas”? (BERTERO et al. 2013, p. 187).

Este argumento leva a um outro “retro” (o primeiro é a retroalimentação, p. 3) de reflexão, o retrocesso – ao modo positivista. Cunhado por Alcadipani, o termo leva à reflexão a respeito da produção de artigos acadêmicos. Com a introdução dos quesitos de pontuação acadêmica para engrandecer o Currículo Lattes, Alcadipani afirma que o produtivismo é “útil para inúmeros professores que podem continuar na pós-graduação sem fazer pesquisa”. Simplesmente é solicitado a acadêmicos que produzam artigos, independente da área de interesses desses. Deste modo, afirma Alcadipani, “uma grande parte dos periódicos nacionais funciona com o simples objetivo de escoar produção acadêmica sem qualidade” (BERTERO et al., 2013, p. 191).

Em contraponto ao movimento de “adequação” das universidades e das produções científicas, é justo retomar o pensamento de Faria que adapta e apresenta um conjunto de conceitos voltados para o futuro da pesquisa em gestão proposto por Mignolo (2011): reocidentalização (foco na reconstrução da confiança voltada aos EUA, na reinvenção do capitalismo e na produção da ciência com grandes corporações), desocidentalização (extremo oposto do primeiro conceito, muda o foco para as economias emergentes) e descolonialidade (traz a percepção de que diversos mundos e conhecimentos coexistem – pensamento que coaduna com a ideologia de Boaventura de Sousa Santos).

Deste modo, é possível realizar a introdução do conceito proposto por Ignacy Sachs (1986) chamado de ecodesenvolvimento. Primariamente aplicado à questão ecológica, o conceito surgiu a partir do embate entre os radicalistas do “crescimento selvagem” (sem a visão antropocêntrica do mundo) e do absolutismo ecológico (SACHS, 1986, p. 113). Justen e Moretto Neto (2013a) destacam o conceito de desenvolvimento explorado por Sachs (1986): o “[...] processo de aprendizagem da sociedade, orientado para identificação e satisfação, em base sustentável, de necessidades humanas, materiais e não materiais, social e culturalmente determinadas”.

Desta forma, Sachs chama a atenção para que haja um equilíbrio e não um radicalismo excêntrico de destruição ou de preservação: uma mudança de paradigma, como Kuhn (1978) afirmara, ou um pensamento pós-abissal, na visão de Santos (2010). Sachs (1986) demonstra que o propósito do ecodesenvolvimento não é postular o não-crescimento, todavia,

impulsionar as ideias de que novas modalidades de crescimento são possíveis, “tanto no plano das finalidades como no dos instrumentais, procurando-se aproveitar as contribuições culturais das populações interessadas e transformar em recursos úteis os elementos do seu meio ambiente”.

O ecodesenvolvimento visa uma “dupla abertura” – ou pensar além da linha – do horizonte. Com o intuito de melhorar a qualidade da vida social, Sachs (1986, p.27) desenvolve a ideia da aplicação do ecodesenvolvimento nas estratégias de desenvolvimento regional e microrregional, sendo possível que seja assimilado pelos atores sociais, e não transplantado ou repassado através da ideia de colonização ou importação. O autor ainda aponta a característica de um eufemismo utilizado com frequência por membros da academia e “consultores organizacionais”:

o eufemismo “transferência de ideias” delinea, na maior parte dos casos, uma situação que melhor corresponde ao conceito de efeito de dominação tal como define Perroux (1948): relações assimétricas e irreversíveis entre o vendedor (ou arrendador) de técnicas e o comprador, dando, em última instância, ao primeiro uma grande margem de controle sobre a produção e, mais geralmente, sobre as decisões do segundo (SACHS, 1986, p. 82).

Em suma, sem julgar aquilo que é correto ou errado, os três conceitos anteriores convivem, em um ciclo: ao mesmo tempo em que a reocidentalização tenta reinventar o ocidente e faz crescer o engajamento de pesquisadores com este fim, estimula o “ódio” para que outros pesquisadores busquem afirmar ainda mais a desocidentalização (BERTERO et al., 2013, p. 190). E, mais uma vez relembando Boaventura de Sousa Santos, a busca insaciável por estes dois primeiros conceitos justifica a busca pela descolonialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a ciência moderna rompe com o senso comum, deixa de reconhecer e marginaliza outros saberes, cometendo, nas palavras de Boaventura, um verdadeiro “epistemicídio” contra os conhecimentos populares, tradicionais, leigos, artísticos, míticos, entre outros, em nome de uma ciência moderna. Essa ruptura epistemológica levou à destruição de conhecimentos locais, desperdiçando experiências cognitivas e marginalizando grupos sociais que construíram suas relações com base nesses conhecimentos (SANTOS, 2005).

Conforme Santos (2010), a hegemonia do pensamento moderno ocidental continua alimentando um sistema de exclusão, que divide o mundo entre Ocidente e Oriente, entre Norte e Sul, acentuando a realidade de exclusão, característica do período colonial.

O "Sul" é para Boaventura a metáfora do sofrimento humano causado pela modernidade capitalista (Santos, 2006). Segundo Gaudêncio Frigotto, que prefacia outra obra (SANTOS, 2007), o sociólogo (Boaventura), está engajado com a discussão teórica e com compromisso ético-político das lutas dos movimentos e organizações sociais e políticas, que apostam não apenas na emancipação política, mas, sobretudo, na emancipação humana e social.

Assim, por meio da sociologia das ausências e emergências e a ecologia de saberes - via processos de tradução, Santos (2006) está propondo uma racionalidade mais ampla e mais cosmopolita que a racionalidade (hegemônica) moderna ocidental, é desse modo, uma racionalidade que dê conta da diversidade epistemológica do mundo.

Para promover a diversidade e a pluralidade, não negligenciando ou recusando a ciência moderna, mas assegurando a coexistência de saberes ocidentais com práticas de saberes locais, deriva a ecologia dos saberes. Deste modo, a ecologia dos saberes questiona a lógica da monocultura do saber e do rigor científico, a partir da identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam em contextos e práticas sociais declarados não existentes (SANTOS, 2006).

Pode-se inferir que, para o campo da administração no Brasil, bem como para outras ciências, e, orientando-se nas ideias de Santos trazidas neste ensaio, é relevante que a ciência da administração faça também a sua "ecologia de saberes", afim de que possa aumentar suas possibilidades de experiências humanas, sociais e outras fontes que a razão indolente e a ciência moderna dissimularam.

Muitos dos problemas que hoje se enfrentam, advindos da importação de teorias e modelos estrangeiros, poderiam ser mais valorizados a partir de experiências locais, expandindo o presente, por meio da sociologia das ausências, e promovendo a inclusão de muitos grupos até agora afastados do conhecimento científico. A expansão do presente se dá também através do Ecodesenvolvimento, apontado por Sachs (1986).

Da mesma forma que Boaventura de Sousa Santos vem propor um pensamento científico multifacetado e multiepistemológico, Sachs (1986) trouxe o conceito de equilíbrio, da ciência de dupla-entrada. Deste modo, pode-se entender que Sachs também defende uma "ecologia de saberes".

Por fim, o pensamento de Alexandre Faria vem à tona:

a área de Gestão no Brasil estará em condições de liderar transformações [...] por meio de um grande projeto que abraça a geopolítica do conhecimento, promove a substituição do universalismo eurocêntrico pela pluriversalidade e possibilita a construção de um mundo no qual diversos mundos e conhecimentos coexistem. Talvez seja pedir ou esperar demais da área de Gestão, mas também pode ser uma excelente oportunidade para reinventarmos a área. (BERTERO et al., 2013, p. 190).

Inspirando-se nas contribuições de Boaventura de Sousa Santos, a transformação epistemológica, através da ecologia de saberes, é importante na área da administração como alternativa ao Norte dominador. Neste sentido, Pimentel e Pimentel (2010) indicam características fundamentais da chamada Gestão Social que podem ser consideradas práticas de resistência ao modelo imposto pelo Norte, visto que a proposta da Gestão Social é dialógica, descentralizada, emergente, participativa, de construção coletiva e de condições isonômicas de participação – a começar pela inversão de valores proposta por Tenório (2005): sociedade-estado e trabalho-capital, trazendo os primeiros de cada par como protagonistas das relações.

Deste modo, acredita-se que a aproximação das abordagens de Boaventura de Sousa Santos (2006a; 2006b; 2010) e de trabalhos sobre Gestão Social (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012; 2013a; 2013b; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011), a fim de promover uma gestão emancipatória, seria um interessante tema de estudo para futuras pesquisas. Independência não significa se isolar do mundo, mas ter autonomia para escolher e seguir o seu próprio caminho: independência ou Norte!

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T.; STRECK, D. R. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-257, Mar. 2012.
- BARBER, B. Resistance by Scientists to Scientific Discovery. **Science**, v. 134, p. 596-602, 1961.
- BERTERO, C.; ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FARIA, A.; ROSSONI, L. Os Desafios da Produção do Conhecimento em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 11, p. 181-196, 2013.
- BUNGE, M. A. **Ciência e Desenvolvimento**. São Paulo: USP, 1980.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.
- JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Gestões do desenvolvimento e desenvolvimentos da gestão: da unilateralidade reificada à dialogicidade da simbiose homem/natureza. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 11, n. 2, p. 295-310, jun. 2013a.
- JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Que participação é essa? Do instrumentalismo legitimador à autopromoção emancipadora. **Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 2, 2013b.
- JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978.
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity**: global futures, decolonial options. London: Duke University Press, 2011.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. B. A valorização do estrangeiro como segregação nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 59-79, 2001.

PAES, K. D.; DELLAGNELO, E. H. Boaventura de Souza Santos e Guerreiro Ramos: Um Olhar Crítico Sobre as Ausências e Emergências em Organizações. EnANPAD - Encontro nacional da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, setembro, 2012.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2010, Florianópolis (SC). **Anais...** Curitiba (PR): ANPAD, 2010. v. 1. p. 1-16.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, 2001.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 1, p. 31-83.

_____. A ecologia de saberes. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006b. Cap. 3, p. 137-165.

_____. Da sociologia da ciência à política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 1978. p. 11-56.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006a. Cap. 2, p. 93-135.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 10-21, 1990.

_____. A importação de metodologias administrativas pelo Brasil: uma análise semiológica. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, 26(4), jul./ago. 1992.



**IV Colóquio Internacional de Epistemologia e
Sociologia da Ciência da Administração**
Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A., 1970.

TENÓRIO, F. G.. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

_____. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

VERGARA, S. C.; CARVALHO JR, D. de S. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 6, p. 169-188, 1995.

VERGARA, S. C.; PINTO, M. C. S. Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 103-121, 2001.